

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

MESA DIRETORA

Presidente: **Fernando Capez**
1.º Secretário: **Enio Tatto**
2.º Secretário: **Edmir Chediá**
1.º Vice-Presidente: **Maria Lúcia Amary**
2.º Vice-Presidente: **Analice Fernandes**
3.º Vice-Presidente: **Jooji Hato**
4.º Vice-Presidente: **Antonio Salim Curiani**
3.º Secretário: **Adilson Rossi**
4.º Secretário: **Afonso Lobato**

INSTITUTO DE ESTUDOS, CAPACITAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DENOMINADO INSTITUTO DO LEGISLATIVO PAULISTA – ILP

DIRETORIA

Diretor Presidente: **Patrícia Rosset**
Diretora Executiva: **Tania Rodrigues Mendes**
Diretora Executiva: **Desiré Sepe De Marco**

CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA DO ILP

Aldo Fornazieri
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Dainis Karepovs
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
Fernando de Souza Coelho
Universidade de São Paulo – Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Leda Paulani
Universidade de São Paulo – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Marcelo Ridenti
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Marco Aurélio Nogueira
Universidade Estadual Paulista – Unesp – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
Maurílio Maldonado
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
Patrícia Rosset
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
Úrsula Dias Peres
Universidade de São Paulo – Escola de Artes, Ciências e Humanidades

EQUIPE DO ILP

Airton Paschoa, André Luis Monteiro, César Huyashi, Dainis Karepovs, Danielle Caroline Alkmim (Estagiária), Fabricio de Oliveira Marson (Estagiário), José Rubens Rolan, Juliana Rangel de Souza (Estagiária), Laís Sampaio Chicolet Weingraber, Lia Maria Perez Botelho Baraúna, Lúcia Helena Pesse Nannini, Luciana Sodrê de Sousa (Estagiária), Lucinéia Gubert (Estagiária), Marcos Couto Gonçalves, Maria de Lourdes Ferreira Alves, Mariana Estevam, Rothschild Gaspar Chammas Pace, Sibeila Silva Klein (Estagiária), Sílvia Federicci Rosa, Thais Prado Horta.

Revista do ILP

N.º 1 – Ano I – Outubro de 2015

SUCESSO ELEITORAL NAS DISPUTAS MUNICIPAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 2012 E SUAS VARIÁVEIS CONDICIONANTES

Adriano Codato¹
Mariana Lorencetti²

Este trabalho é uma análise comparativa entre as condições determinantes de sucesso nas eleições às administrações municipais no Brasil e em São Paulo. Investigamos o universo de candidatos a prefeito nas disputas em todas as cidades do estado de São Paulo em 2012. A análise resalta os atributos econômicos, sociais, profissionais e políticos dos candidatos e testa seu peso específico e como eles podem ou não determinar as chances de vitória. Incluímos na análise um mapeamento tanto dos candidatos malsucedidos como dos eleitos, procurando identificar assim, num primeiro mapeamento dos dados, as variáveis mais relevantes nesta disputa específica.

Análises sobre a influência de variáveis sociais e profissionais entre vitoriosos a cargos políticos no Brasil já estão bem presentes na literatura acadêmica contemporânea (ARAÚJO, 2011; CORADINI, 2011; COSTA, 2010; LEMOS & RANINCHESKI, 2002; MESSENBURG, 2008; NEIVA & IZUMI, 2012; RODRIGUES, 2006; RODRIGUES, 2002a; MARENCO DOS SANTOS, 1997; SILVA, 2010). Da mesma forma, existe uma bibliografia menor, mas relevante, sobre candidatos (ARAÚJO, 2005; ARAÚJO, 2009; BRAGA *et alii*, 2009; PERISSINOTTO & MIRÍADE, 2009; CORADINI, 2011). Esses estudos focam os

¹ Adriano Codato, doutor em Ciência Política pela Unicamp e professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná, é editor da *Revista de Sociologia e Política* (www.scielo.br/rsocp) e coordena o Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>). Contato do autor: adriano@ufpr.br.

² Mariana Lorencetti é graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná e aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na mesma universidade. Contato da autora: malorencetti@gmail.com.

atributos profissionais, sociais e políticos, sobretudo para o caso de senadores ou deputados federais. Mas não sobre prefeitos. A produção brasileira a respeito das eleições majoritárias municipais analisa, quase que exclusivamente, a competição eleitoral e resalta, principalmente, o papel da opinião pública e do uso da mídia nas campanhas (JARDIM, 2004; MOURA & KORNIN, 2001).

Diferentemente, analisamos aqui a ação dos filtros políticos que separam eleitos e não eleitos. O foco no estudo de candidatos a cargos políticos é central para a análise dos processos de recrutamento, ou seja, para determinar o que, afinal, políticos vitoriosos possuem que os demais não possuem (FELISBINO *et alii*, 2012; PERISSINOTTO & MIRÍADE, 2009).

São Paulo, apesar da sua centralidade política e relevância econômica, não é tão estudado pela Ciência Política e, quando o é, os trabalhos se concentram nas eleições na capital do Estado (Fischer e Eisenstadt, 2004), ou no marketing político (VEIGA *et alii*, 2007), ou ainda nos partidos como protagonistas, em vez dos candidatos *per se* (LIMONGI E MESQUITA, 2008).

A análise comparativa com São Paulo usa como base dados sobre o caso nacional a partir de um estudo anterior (CODATO *et alii*, 2013). O objetivo desse contraste é entender se existe uma grande diferença no jogo político paulista, considerando suas peculiaridades políticas, econômicas, populacionais, sociais, etc. Nas disputas de 2012, a média de candidatos nas eleições para prefeito foi de 1,80 por município. No caso paulista essa proporção foi de 2,18 concorrentes³. Isso significaria, em princípio, uma competição mais acirrada e mais exigente. Ela demandaria, por exemplo, gastos maiores nas campanhas. Por outro lado, em São Paulo, o mesmo partido (PSDB) controla o governo regional desde 1995.

Pode-se imaginar que, tendo IDH elevado, a segunda maior renda *per capita* do país e uma proporção comparativamente

³ Calculado a partir de dados do TSE relativos a 2012, acessado em jun. 2013: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>.

⁴ Dados do IBGE relativos a 2010, acessado em jun. 2013: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=sp&tema=censodemog2010_educ.

elevada de habitantes com ensino superior⁴, aqueles que desejassem competir por um cargo político teriam padrões mais rígidos aos quais se adequar. Supondo que desenvolvimento social e urbanização resultariam num meio político menos tradicional, podemos também citar o índice de Gini⁵ de São Paulo, que o coloca atualmente no sétimo lugar em igualdade de renda; bem como sua posição como o terceiro estado mais urbanizado do país, com índices que se aproximam de 96%, segundo o censo de 2010. Tomando como base algumas análises recentes a respeito da concorrência municipal (MARENCO DOS SANTOS, 2013; AVELAR E WALTER, 2008), tais características contribuiriam para um meio político altamente competitivo e mais dissociado daqueles nos quais os poderes tradicionais seriam predominantes⁶.

O N da pesquisa consiste em 2.056 casos de candidatos e, entre eles, 645 eleitos – número este que compreende todas as municipalidades⁷ do estado analisado. Os resultados e descrições aqui obtidos serão comparados com os resultados dos eleitos e não eleitos ao cargo de prefeito dos municípios de todo o Brasil no mesmo ano.

Procura-se descrever a competição política em São Paulo à luz de variáveis de três tipos: a) sociais; b) econômicas; e c) políticas. O que se busca entender é quais delas seriam mais relevantes para a vitória de um candidato a prefeito.

Nosso objetivo final é determinar se a competição eleitoral em São Paulo é mais ou menos exigente, cara e disputada que a do caso brasileiro, e quais as suas especificidades.

A metodologia de trabalho consiste numa análise estatística quantitativa, utilizando variáveis codificadas nos moldes dummy

⁴ O índice de Gini mede a desigualdade socioeconômica dentro de um território. Aqui consta o número dado pela Base de Dados do Estado de Pernambuco, calculado em 2011 – acessado em jun. 2013, em <http://www.bde.pe.gov.br/>.

⁶ Esses dados não são tratados aqui como variáveis determinantes ou condicionantes. Eles apenas dão uma rápida dimensão da diferença entre o estado escolhido e o restante do País.

⁷ Número conforme informações do IBGE. Acessado em jun. 2013: < <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sp> >

(variáveis binárias onde 0 = não e 1 = sim), sendo inicialmente feito um teste de concentração de dados utilizando o recurso de cálculo de resíduo padronizado, e posteriormente uma série de experimentos estatísticos para cálculo de quais variáveis, isoladamente ou em conjunto das demais, seriam mais relevantes para explicar a vitória ou a derrota na eleição de prefeitos neste caso específico.

Os dados aqui utilizados têm como base o site do Tribunal Superior Eleitoral, mais precisamente as estatísticas sobre candidatos, e uma segunda base de informações a respeito das votações obtidas. Desta forma, entre aqueles registrados como candidatos, não foram considerados os que, por algum motivo, tenham sido retirados da competição eleitoral. O banco de dados foi organizado e categorizado pelo Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, ligado ao Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da Universidade Federal do Paraná.

1. Definindo as variáveis do modelo

1.1 Variáveis econômicas: gastos de campanha e patrimônio do candidato

Considerar recursos financeiros isoladamente como bastantes para que se vença uma eleição é uma simplificação, mas é bem claro que dinheiro é um recurso que pode comprar todos os demais recursos necessários que não sejam ou não possam ser angariados (FISCHER E EISENSTADT, 2004).

A análise a respeito das receitas de campanha e recursos financeiros pessoais se relaciona intimamente com as hipóteses de que mais dinheiro investido num candidato implica votações mais expressivas e mais mecanismos para que se alcance o eleitor (CERVI, 2010). Isso seria decisivo num meio de muitos competidores para tão poucos espaços.

Os vencedores das eleições de 2008 para prefeitos das capitais tiveram, em média, gastos que passavam do dobro daqueles feitos pelos derrotados. Mais dinheiro foi mais decisivo, não im-

portando a ideologia do partido pelo qual se concorreu, o IDH do município ou mesmo a região deste (CERVI, 2010).

A análise a respeito dos recursos econômicos mobilizados em 2012 será feita em termos de "Receita de campanha alta" (1 = "sim") e "Receita de campanha não alta" (0 = "não"). Para evitar discrepâncias nos dados, a média dos gastos de campanha foi calculada tendo como base municípios de tamanho semelhante e, no caso dos dados a respeito do caso nacional, os da mesma região. Devemos considerar que uma campanha cara num município mais densamente povoado envolverá valores muito superiores que os gastos tidos como altos num pequeno município.

Já os dados a respeito do patrimônio pessoal foram divididos em duas classes. Para determinar quais seriam os indivíduos em cada categoria, uma média geral foi utilizada como base. Foram assim codificados como portadores de patrimônio "alto" aqueles acima dessa média e "não alto" aqueles abaixo dela.

1.2 Variáveis sociais

1.2.1 Gênero e política

Sabe-se que, no Brasil, há muito menos mulheres na política do que homens. Além disso, elas se candidatam bem menos a cargos políticos eletivos. Há várias explicações para isso e que ressaltam diferentes aspectos desse problema: partidários, culturais e institucionais e suas influências conjuntamente nestes resultados (ARAÚJO, 2009).

Alguns trabalhos têm abordado estas questões, preferencialmente sob a ótica do legislativo (ARAÚJO, 2005; ARAÚJO, 2009; BOLOGNESI & COSTA, 2006; PERISSINOTTO & MIRÍADE, 2009), não raro sob a ótica da aplicação das cotas nas candidaturas. Deve ser comentado o fato de que eleições proporcionais geram resultados diferentes no processo de busca por diversidade na representação

(ARAÚJO, 2009). Logo, a análise das eleições majoritárias não necessariamente repetirá as conclusões desses trabalhos.

O uso neste artigo da variável "gênero" não pretende nem retomar essa discussão nem rever essas conclusões, mas sim determinar o quanto ser mulher influenciou na eleição ou na não eleição ao cargo de prefeito no estado de São Paulo em 2012. Ou seja: uma vez lançadas as candidatas, ser mulher teria que peso nos resultados dessa disputa? Ser mulher ofereceria mais dificuldades em São Paulo do que no caso nacional? Para tanto, a variável será calculada nos moldes binários, como "É mulher" (na qual 1 = "sim" e 0 = "não").

1.2.2 Idade no momento da candidatura

Normalmente a variável idade nos estudos de elite pretende estimar se carreiras políticas foram iniciadas mais ou menos cedo, o quão extensas elas foram, em que momento se deu o *début* na vida política para diferentes grupos (esquerda e direita, por exemplo), e o significado dessas informações (ARAÚJO, 2011; NEIVA & IZUMI, 2012; MARENCO DOS SANTOS, 1997).

Nosso interesse aqui é diferente e retém apenas a idade do candidato a prefeito no momento do registro da candidatura. Estudamos a concentração de casos de candidatos com mais ou menos de 47 anos e se uma das duas características ofereceria mais ou menos chances de ser eleito; 47 anos foi a idade definida como limite entre ambos os valores da variável idade por ser a mediana dos valores no caso nacional. Os números foram mantidos para que a comparação pudesse ser feita. Foi considerado o fato de que a mediana de idade dos candidatos em São Paulo se encontra muito próxima dos valores nacionais. A variável foi dividida novamente de modo binário como "Idade acima de 47 anos" (1 = "sim" e 0 = "não").

1.2.3 Escolaridade superior

Educação é um pré-requisito social que permite mais conhecimento e interesse pela política, possibilitando uma maior capacidade de atuação (NEIVA & IZUMI, 2012). Alto nível educacional seria também um sinal de habilidade, capacidade e prestígio social (BRAGA *et alii*, 2009). A formação escolar facilitaria o acesso à competição eleitoral, bem como a obtenção de informações a respeito de onde conseguir recursos e quais estratégias seguir (FELISBINO *et alii*, 2012), não importando exatamente se o político em questão irá ou pretende exercer a profissão relacionada à formação obtida (NEIVA & IZUMI, 2012). Por isso, a análise da escolaridade não é feita aqui junto com a análise da carreira profissional, não desagregando os dados pela área de formação dos analisados; nos interessa apenas se o candidato possui ou não diploma universitário.

Para a visualização desta variável, temos a divisão binária em termos de "Possui ensino superior", com 1 para "sim" e 0 para "não".

1.2.4 Profissões

As profissões exercidas pelos políticos antes ou depois da investidura num cargo eletivo são um tópico relevante para responder à pergunta sobre se determinada ocupação facilita ou dificulta a entrada no mundo político, se ela predispõe, em função das exigências da atividade profissional, o indivíduo para as lides da política, se ela transmite as habilidades necessárias ou não, e assim por diante (WEBER, 1994; CODATO *et alii*, 2014).

Não entraremos aqui em análises sobre as profissões tradicionais na política. Abordaremos apenas a questão da presença dos políticos profissionais e dos empresários, as duas categorias mais frequentes entre os candidatos e, principalmente, entre os eleitos no Brasil (RODRIGUES, 2002b; RODRIGUES, 2006). Empresários são uma categoria profissional que poderia indicar uma maior influência do poder econômico nas chances eleitorais.

1.3 Variáveis políticas

O propósito dessa variável e do conjunto de indicadores construídos a partir dela é testar a hipótese seguinte: se os recursos propriamente políticos (diante dos econômicos) seriam mais significativos para determinar os resultados da eleição de um candidato.

Os indicadores são utilizados para determinar: se o candidato é ou não um político de carreira (variável "É político profissional"); se o candidato está buscando reeleição (variável "É prefeito", obtida isolando estes casos dentre os políticos profissionais); se ele está concorrendo por um partido integrante de uma coligação ou por um partido solteiro (variável "Partido coligado"); se o partido deste candidato seria, levando em consideração a quantidade de candidatos apresentados por este e a proporção de eleitos dentre eles, "de alto desempenho" ou não; e, por fim, se o candidato/eleito concorreu por um partido de centro.

No caso, temos a variável "É político profissional", na qual 1 = "sim" e 0 = "não". Subdividindo essa variável temos a dos prefeitos buscando reeleição: "É prefeito", com 1 = "sim" e 0 = "não". Dentre as variáveis partidárias, temos "Partido coligado", igualmente com 1 = "sim" e 0 = "não"; "Partido de alto desempenho", nos mesmos moldes; e o mesmo com "Partido de centro".

Deve ser explicado aqui como se configuraram as variáveis "Partido de alto desempenho" e "Partido coligado".

"Partido coligado" foi considerado não importando o tamanho da coligação nem quaisquer características programáticas ou ideológicas, seguindo a codificação do trabalho a respeito do caso nacional (CODATO *et alii*, 2013). Também nos moldes deste trabalho temos a variável "Partido de alto desempenho", que consiste na razão entre os candidatos apresentados pelo partido e a quantidade destes que foi

efetivamente eleita. “Alto desempenho” ficou reservado para partidos cuja diferença na proporção de candidatos e eleitos varia entre zero e um; “Médio desempenho”, para os partidos nos quais a proporção entre os dois grupos não apresenta diferenças; e “Baixo desempenho”, para aqueles que possuem uma proporção menor de eleitos com relação ao número de candidaturas apresentadas. A variável foi transformada em binária, na qual “1” denota os partidos de alto desempenho, e “0” para todos os demais.

Foram codificados como partidos de centro o PMDB e o PSDB⁸, seguindo as orientações e a metodologia da literatura sobre o tema (RODRIGUES, 2002b, p. 14).

Esses dois partidos podem oferecer conclusões interessantes a respeito de São Paulo, sobretudo pelo papel de destaque do PSDB na política regional nos últimos anos. São Paulo é um de seus espaços mais relevantes também nas eleições municipais, uma vez que o partido controla mais de um quarto das prefeituras. Estudo a respeito da organização partidária no estado de São Paulo em 2005 (BRAGA, 2008) aponta o PMDB e o PSDB como os partidos com o maior número de unidades organizacionais, entre diretórios e comissões, e com presença na grande maioria dos municípios do Estado⁹.

2. Resultados e discussão dos dados para o cenário nacional e regional

A primeira proposta desta sequência de testes é a apresentação de uma tabela a respeito da concentração de casos, na qual observaremos, em cada variável, se há mais casos como “eleitos” ou “não eleitos” entre portadores ou não das características analisadas.

⁸ Partido do Movimento Democrático Brasileiro e Partido da Social Democracia Brasileira, respectivamente. Estes partidos continuarão a ser referenciados por suas siglas.

⁹ O PMDB, no recorte temporal citado, não teria suas unidades organizativas em apenas seis municípios, possuindo tal organização em todos os demais municípios; o PSDB, por sua vez, não estaria presente em apenas 15 municípios.

Em seguida, considerando que o uso de cruzamentos entre duas variáveis é pouco eficiente para a explicação das eleições analisadas, estimam-se quais variáveis teriam mais peso para o sucesso eleitoral, mediante o cálculo de uma regressão logística. No entanto, antes desse procedimento, serão apresentadas análises de tolerância e colinearidade, estas com o propósito de testar a adequação do modelo estatístico e suas variáveis, determinando assim se são confiáveis ou não. As variáveis que poderiam distorcer os resultados finais serão, neste ponto, excluídas.

Testes de impacto de cada uma das variáveis serão feitos logo em seguida, determinando assim quais são os fatores decisivos para o sucesso eleitoral, observando tanto o impacto isolado de cada variável, bem como sua influência no sistema geral das variáveis, observadas conjuntamente. Todos os testes aqui descritos terão seus resultados comparados com aqueles a respeito do caso nacional (CODATO *et alii*, 2013).

2.1 Testes de resíduo padronizado e qui-quadrado:

Os primeiros quadros (1.1 e 1.2) dizem respeito aos testes de resíduo padronizado (SR) e qui-quadrado (q^2) referente ao cruzamento das variáveis independentes (descritas acima) e a variável dependente, “Eleitos/Não Eleitos”. O teste de resíduo padronizado nos oferece a chance de descobrir onde existe uma concentração ou dispersão dos casos, considerando seus desvios da média; o qui-quadrado indica o nível de dependência entre ambas as variáveis; todo resíduo acima do limite crítico de 1,96 nos mostra uma tendência de concentração de casos.

Quadro 1.1 Sumarização de testes de resíduos padronizados e qui-quadrado para o caso nacional

		Eleitos em 2012				Eleitos em 2012	
		Não	Sim			Não	Sim
Patrimônio alto	Não	1,4	-1,7	Receita positiva	Não	4,5	-5,7
	Sim	-3,1	3,9		Sim	-9,1	11,6
	q ² =29,424 (0,000) N = 14.203		q ² =270,460 (0,000) N = 12.551				
		Eleitos em 2012				Eleitos em 2012	
		Não	Sim			Não	Sim
Idade acima de 47 anos	Não	-0,5	0,7	É mulher	Não	-1	1,3
	Sim	0,5	-0,6		Sim	2,6	-3,3
	q ² =1,312 (0,252) N = 14.146		q ² = 20,811 (0,000) N = 15.621				
		Eleitos em 2012				Eleitos em 2012	
		Não	Sim			Não	Sim
Escolaridade superior	Não	-1,1	1,4	É empresário	Não	0,8	-1
	Sim	1	-1,2		Sim	-1,9	2,4
	q ² = 5,544 (0,019) N = 15.621		q ² = 11,069 (0,001) N = 15.621				
		Eleitos em 2012				Eleitos em 2012	
		Não	Sim			Não	Sim
É político profissional	Não	0,8	-1	É prefeito	Não	7,6	-7,9
	Sim	-1,9	2,4		Sim	-5,1	5,3
	q ² = 11,069 (0,000) N = 15.621		q ² =175,895 (0,000) N = 15.621				
		Eleitos em 2012				Eleitos em 2012	
		Não	Sim			Não	Sim
Partido coligado	Não	18,3	-23,3	Partido de alto desempenho	Não	7,7	-9,8
	Sim	-7,3	9,2		Sim	-8,2	10,4
	q ² = 1014,111 (0,000) N = 15.621		q ² = 332,722 (0,000) N = 15.621				
		Eleitos em 2012				Eleitos em 2012	
		Não	Sim			Não	Sim
Partido de centro	Não	3,7	-4,7				
	Sim	-6,2	7,9				
	q ² = 136,909 (0,000) N = 15.621						

Fonte: Codato *et alii*, 2013.

Quadro 1.2 Sumarização de testes de resíduos padronizados e qui-quadrado para o caso de São Paulo

		Eleitos em 2012				Eleitos em 2012	
		Não	Sim			Não	Sim
Patrimônio alto	Não	0,8	-1,1	Receita positiva	Não	1,0	-1,5
	Sim	-1,7	2,5		Sim	-2,7	4,0
	q ² =10,898 (0,000) N=1861		q ² =26,762 (0,000) N=2056				
		Eleitos em 2012				Eleitos em 2012	
		Não	Sim			Não	Sim
Idade acima de 47 anos	Não	0,0	0,0	É mulher	Não	-0,5	0,8
	Sim	0,0	0,1		Sim	1,4	-2,1
	q ² =0,013 (0,919) N=1847		q ² =7,150 (0,007) N=2056				
		Eleitos em 2012				Eleitos em 2012	
		Não	Sim			Não	Sim
Escolaridade superior	Não	0,0	0,0	É empresário	Não	-0,3	0,4
	Sim	0,0	0,0		Sim	0,7	-1,0
	q ² =0,002 (1,000) N=2056		q ² =1,784 (0,188) N=2056				
		Eleitos em 2012				Eleitos em 2012	
		Não	Sim			Não	Sim
É político profissional	Não	1,2	-1,8	É prefeito	Não	1,6	-2,4
	Sim	-2,8	4,1		Sim	-4,5	6,6
	q ² =29,213 (0,000) N=2056		q ² =72,392 (0,000) N=2056				
		Eleitos em 2012				Eleitos em 2012	
		Não	Sim			Não	Sim
Partido coligado	Não	6,4	-9,5	Partido de alto desempenho	Não	2,7	-3,9
	Sim	-3,1	4,5		Sim	-3,0	4,5
	q ² =161,671 (0,000) N=2056		q ² =51,924 (0,000) N=2056				
		Eleitos em 2012				Eleitos em 2012	
		Não	Sim			Não	Sim
Partido de centro	Não	2,1	-3,1				
	Sim	-3,2	4,7				
	q ² =46,767 (0,000) N=2056						

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

Como previsto, muitas das tendências do caso nacional se repetem quando pensamos o caso paulista. As concentrações de caso tendem a ser menos acentuadas, mas o qui-quadrado (q^2) é tido como quase sempre significativo (Sig. 0,000).

Podemos citar inicialmente como notável a variável “Escolaridade superior”, que possui no caso nacional valores residuais que podem ser considerados baixos, ou seja, cuja dependência não indica uma tendência de concentração de casos.

Em São Paulo, essa concentração de fato não existe (resíduo de exatamente 0,0 em todas as células), fazendo o Sig. do qui-quadrado assumir o valor 1 (Sig. 1,000), o que significaria “sem dependência”. Ou seja, não existe indicação alguma, mesmo mínima, de diferenciação do grupo de eleitos e não eleitos nesse aspecto no caso paulista — o que poderia ser explicado, talvez, pelo fato de que mesmo o grupo dos candidatos já possui um número relevante de integrantes com ensino superior, por volta de 65%, número este acima do observado no caso nacional, fazendo com que os casos sejam mais bem distribuídos e não exista relação de dependência alguma entre as variáveis.

Outro tópico que praticamente não apresentou relevância foi a idade, com Sig. muito perto de 1 (0,919) no caso paulista, e resíduos abaixo do limite crítico tanto no caso nacional quanto no caso paulista, indicando que não existe tendência à concentração de casos em nenhum dos aspectos da variável.

No caso nacional, aqueles que são empresários apresentam uma tendência a estar entre o grupo dos eleitos, e a não estar entre o grupo dos não eleitos. Já o grupo dos não empresários apresentou resíduos abaixo do limite crítico tanto entre os eleitos quanto entre os não eleitos, indicando assim que não existe tendência à concentração de casos nestes resultados,

ou seja, não ser empresário não significa necessariamente tender a estar entre um grupo ou outro. No caso paulista, ser empresário mostrou uma leve inversão — o grupo mostra uma concentração negativa na corrida eleitoral, estando mais presente no grupo dos “Não Eleitos”. No entanto, os resíduos padronizados no caso paulista se encontram abaixo do limite crítico, indicando que não existe tendência à concentração de dados nesta variável, ou seja, ser ou não empresário em São Paulo não pode ser considerado como relevante para o fato de ter sido ou não eleito prefeito em 2012

As variáveis econômicas e políticas apresentam valores de correlação com relevância semelhante entre o caso nacional e o paulista, com resíduos acima do limite crítico para todas as variáveis em ambos os conjuntos de testes, embora o índice de qui-quadrado seja menos elevado no Quadro 1.2. Observando as variáveis políticas temos que as maiores concentrações de caso lá se encontram — sendo “partido coligado” a variável com resíduos mais acentuados, demonstrando que existe uma tendência à concentração de membros de partidos coligados entre os eleitos, e uma tendência daqueles não coligados entre os não eleitos.

Temos, tanto no caso nacional quanto no caso paulista, uma concentração entre os eleitos para aqueles que são políticos profissionais, prefeitos em busca de reeleição, candidatos por partidos coligados, por partidos de alto desempenho e partidos de centro. Isto significa que existe uma dependência alta entre possuir estes atributos e ser eleito, indicado pelo q^2 muito alto.

No caso nacional, assim como no caso paulista, existe uma tendência de concentração dos portadores de patrimônio alto entre os eleitos, e uma concentração negativa entre os não eleitos. No caso nacional, existe uma dependência significativa entre não possuir patrimônio alto e não estar entre os eleitos. Observando o caso paulista, não se veem resíduos significati-

vos entre aqueles que não possuem patrimônio alto, indicando assim que a concentração de casos não é alta o suficiente para denotar uma influência nos resultados.

Possuir receita positiva, em ambas as tabelas observadas, indica que um candidato tende a estar entre os eleitos quando possui uma receita de campanha importante, e a estar entre os não eleitos quando a receita de campanha não é alta.

Esses primeiros dados demonstram uma menor relação de dependência quando observados os testes a respeito de variáveis sociais, indicando menor influência destas sobre os resultados eleitorais. Isso vale tanto para o caso nacional quanto para o caso paulista. Em ambos os casos podemos observar resultados notáveis quanto às variáveis econômicas e políticas, que possuem resíduos padronizados altos, indicando em todos os testes tendência de concentração de casos, ou seja, existe uma relação de dependência alta entre ser ou não eleito e exibir ou não os atributos econômicos e políticos analisados.

2.2 Testes de colinearidade e índice VIF (fator de inflação da variância)

Antes de obtermos a regressão logística do modelo — cujo propósito seria, como mencionado anteriormente, verificar o impacto de cada uma das variáveis sobre a variável dependente (ser ou não eleito prefeito em São Paulo em 2012) — precisamos observar a possibilidade de colinearidade, que inflaria e distorceria os resultados obtidos, bem como testar a adequação do modelo através do índice VIF¹⁰.

Se VIF for maior que 10 ou se a Tolerância for menor que 0,10, a colinearidade influencia os parâmetros de estimativa do nosso modelo.

¹⁰ Variable inflation factor (VIF), índice que pode nos dizer quais das variáveis estudadas ampliariam artificialmente a variância analisada na regressão logística, e quais delas seriam apropriadas à análise.

Quadro 2.1 Estatísticas de colinearidade e VIF para o caso nacional			Quadro 2.2 Estatísticas de colinearidade e VIF para o caso paulista		
Variáveis explicativas binárias	Estatísticas de colinearidade		Variáveis explicativas binárias	Estatísticas de colinearidade	
	Tolerância	VIF		Tolerância	VIF
Patrimônio alto	0,939	1,065	Patrimônio alto	0,957	1,044
Receitas positivas	0,939	1,065	Receitas positivas	0,892	1,121
Idade acima de 47 anos	0,934	1,071	Idade acima de 47 anos	0,910	1,099
Ser mulher	0,983	1,017	Ser mulher	0,989	1,011
Escolaridade superior	0,956	1,045	Escolaridade superior	0,939	1,065
Ser prefeito	0,921	1,085	Ser prefeito	0,829	1,206
Partido coligado	0,970	1,030	Partido coligado	0,903	1,108
Partido com alto desempenho	0,646	1,549	Partido com alto desempenho	0,454	2,204
Partido de centro	0,656	1,525	Partido de centro	0,453	2,207
Variável dependente: eleito prefeito nos municípios do Brasil em 2012			Variável dependente: eleito prefeito nos municípios de São Paulo em 2012		

Fontes: Codato *et alii*, 2013; Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

O modelo, segundo estes índices, pode ser considerado adequado em ambos os casos. Note-se a exclusão de duas variáveis, por apresentarem colinearidade com outras: a variável “É empresário” foi excluída por apresentar colinearidade com a variável “Ensino superior”, uma vez que a relação desta formação com a origem profissional foi muito próxima. A variável “Político profissional”, por sua vez, foi excluída do modelo pela alta proporção de políticos profissionais que já eram prefeitos. No caso nacional, esta proporção está por volta dos 75% dos candidatos considerados políticos profissionais, e no caso paulista esta proporção supera os 65%.

2.3 Overall Statistics e peso individual de variável pelo ROA's Efficient Score

O teste seguinte envolve uma observação das overall statistics, procurando entender a correlação presente no modelo e determinar sua relevância.

No caso paulista, o índice de overall statistics tem Sig. também muito significativo (0,000), e o índice geral é alto (71,667), embora inferior ao caso nacional.

Em seguida, apresentamos uma tabela que contém o Score ROA e o Sig. correspondente. O Score ROA (Roa's Efficient Score Statistic) (Field, 2009) corresponde a um teste de impacto individual de cada uma das variáveis.

Quadro 3.1 Score ROA e Sig. correspondente para o caso nacional			Quadro 3.2 Score ROA e o Sig. correspondente para o caso paulista		
Variável excluída do modelo	Score ROA	Sig.	Variável excluída do modelo	Score ROA	Sig.
Patrimônio alto	0,041	0,839	Patrimônio alto	4,247	0,039
Receitas positivas	6,379	0,012	Receitas positivas	4,206	0,040
Idade acima de 47 anos	0,722	0,396	Idade acima de 47 anos	1,576	0,209
Ser mulher	1,924	0,165	Ser mulher	0,476	0,490
Escolaridade superior	0,326	0,568	Escolaridade superior	0,005	0,945
Ser prefeito	170,930	0,000	Ser prefeito	45,707	0,000
Partido coligado	24,596	0,000	Partido coligado	14,221	0,000
Partido de alto desempenho	12,532	0,000	Partido de alto desempenho	7,508	0,006
Partido de centro	1,880	0,170	Partido de centro	10,375	0,001
Overall Statistics	208,320	0,000	Overall Statistics	71,667	0,000

Fontes: Codato *et alii*, 2013; Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

Devemos notar que o score das variáveis “Partido de centro” e “Patrimônio alto” é muito maior no caso do estado de São Paulo do que no nacional, indicando assim um maior peso destas variáveis. A escolaridade superior, como já observado anteriormente, possui um score praticamente nulo, bem como ser mulher apresenta também uma relevância inferior. Poderíamos considerar então, embora ainda prematuramente, que as variáveis políticas e as econômicas são ainda mais importantes no caso paulista que no caso nacional, e que as variáveis sociais são quase irrelevantes.

A importância acentuada dos partidos de centro também deve ser comentada, sobretudo pela circunscrição a apenas dois partidos. Isso poderia ser explicado pela hegemonia do PSDB no histórico político paulista. O PMDB, por sua vez, é o segundo partido mais presente nas prefeituras paulistas, tendo 13,8% dos municípios.

A seguir, observamos as estatísticas individualmente. Temos uma relação de dependência alta (-2 Log Likelihood = 316,418), o que provaria a relevância do modelo, e os testes de determinação obtidos apresentam, isso deve ser destacado, índices muito mais altos que no caso nacional (Cox & Snell $r^2 = 25,1\%$ e Nagelkerke $r^2 = 33,6\%$). Estes testes de determinação teriam maior importância no modelo preditivo, uma vez que sua função é prever se o modelo de uma amostra pode ser estendido a um caso geral. Isto faz com que possam ser ignorados numa análise descritivo-comparativa, embora sua presença alta deva ser notada como reforço às conclusões.

2.4 Tabelas de regressão logística

Os últimos quadros a serem analisados são os da regressão logística. Os testes foram gerados a partir de análise logística binária. As colunas que observaremos serão a B, que indica como o sistema e seus resultados se alterariam caso ocorresse uma mudança na variável analisada; a Wald, que indica uma interpretação da coluna anterior, segundo o quanto essa mudança indicada em B difere de zero; e a Exp(B), gerada a partir dos índices B, e utilizada sobretudo no cálculo de chance (odds ratio) como indicador visível da relevância das variáveis analisadas (FIELD, 2009). Nesses quadros temos também a coluna Chance, na qual é apresentada uma variação de Exp(B), de modo a tornar este índice mais didático e de fácil compreensão.

Quadro 4.1 Estatísticas de regressão logística Brasil

Tipo	Variáveis no modelo	B	Wald	Sig.	Exp (B)	Chance
Econômicas	Patrimônio alto	-0,112	0,743	0,389	0,894	-10,6
	Receita positiva	0,330	10,502	0,001	1,391	39,1
Sociais	Idade acima de 47 anos	-0,328	12,614	0,000	0,720	-28,0
	Ser mulher	-0,240	3,154	0,076	0,786	-21,4
	Escolaridade superior	0,012	0,016	0,898	1,012	1,2
Políticas	Ser prefeito	1,290	156,366	0,000	3,632	263,2
	Partido coligado	0,887	9,365	0,002	2,429	142,9
	Partido de alto desempenho	0,245	5,022	0,025	1,278	27,8
	Partido de centro	-0,122	1,045	0,307	0,885	-11,5
	Constante	-1,815	37,173	0,000	0,163	-83,7
	Cox & Snell r2	0,019				
	Nagelkerke r2	0,122				
-2 log likelihood	2935,861					

Fonte: Codato *et alii*, 2013.

Quadro 4.2 Estatísticas de regressão logística São Paulo

Tipo	Variáveis no modelo	B	Wald	Sig.	Exp (B)	Chance
Econômicas	Patrimônio alto	1,045	6,122	,013	2,845	184,5
	Receita positiva	,955	7,618	,006	2,599	159,9
Sociais	Idade acima de 47 anos	-1,068	12,250	,000	,344	-134,4
	Ser mulher	-,614	2,035	,154	,541	-45,9
	Escolaridade superior	-,366	1,560	,212	,693	-30,7
Políticas	Ser prefeito	2,259	37,185	,000	9,574	857,4
	Partido coligado	1,426	3,062	,080	4,160	316
	Partido de alto desempenho	,491	1,451	,228	1,634	63,4
	Partido de centro	,112	,069	,793	1,118	11,8
	Constante	-2,888	11,935	,001	,056	
	Cox & Snell r2	0,251				
	Nagelkerke r2	0,336				
-2 log likelihood	316,418					

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

Os resultados obtidos mostram índices de chance muito acentuados, contrariando a impressão, que poderia erroneamente

ser atribuída às menores concentrações de casos nos dados iniciais, de que as eleições em São Paulo fossem menos exigentes.

A explicação plausível é que provavelmente há mais uniformidade de características entre candidatos e eleitos, gerando assim uma diferença menor entre ambos os grupos, mas também significando que as exigências rígidas para participação no meio político se apresentam mesmo antes da disputa, já na candidatura. Ou seja, temos baixas concentrações de caso e escores suavizados não por uma maior variedade de eleitos, e sim justamente porque temos uma menor variedade de características entre os candidatos. Grupos que não seguem esse perfil aqui descrito simplesmente se candidatam menos.

Possuir patrimônio alto diminuiria em mais de 10 vezes a chance de vitória nas eleições no caso nacional. No caso paulista esta variável apresenta uma vantagem de mais de 180 vezes. Isto pode significar a necessidade de recursos pessoais como complemento daqueles trazidos para a campanha e administrados pelos partidos, ou mesmo uma menor dependência dos recursos oferecidos por estes últimos.

Fazer campanhas caras também é uma vantagem ainda mais acentuada para aqueles que ganham no caso paulista. Enquanto essa vantagem é de 39 vezes no Brasil, em São Paulo esse valor é de quase 160 vezes.

A prerrogativa econômica prova a nossa suspeita inicial de que campanhas mais competitivas e, daí, mais custosas são necessárias para uma carreira de sucesso no Estado, provavelmente porque se precisa concorrer contra um número maior de competidores.

Ser mais velho (ter idade acima de 47 anos) e ser mulher são desvantagens muito significativas. Enquanto essas desvantagens no caso nacional ficam em 28 vezes e 21,4 vezes, respectivamente, em São Paulo temos desvantagens da ordem de 134,4 vezes (idade) e 45,9 vezes (sexo). Possuir ensino superior é uma vantagem muito leve, quase nula, no caso nacional (1,2 vezes mais). Em São Paulo

isso implica, paradoxalmente, em uma desvantagem da ordem de mais de 30 vezes (-30,7). Devemos interpretar isso em função da alta semelhança entre os casos. Quase todos os competidores têm esse atributo.

Pouco menos da metade dos candidatos apresentavam idade inferior a 47 anos, bem como candidatos de alta escolaridade estavam tão presentes nos grupos de candidatos e eleitos que sua ocorrência passa a fazer uma diferença quase nula, artificialmente negativa. Já as mulheres confirmam e acentuam uma tendência geral: elas se candidatam menos. No caso paulista, isso seria acentuado pelo fato de elas se candidatarem ainda menos (e terem ainda menos chances de serem eleitas). Nesse caso, ser mulher na política de São Paulo é uma desvantagem muito maior que o verificado para o caso do Brasil.

Já ser prefeito (incumbent) oferece uma vantagem muito grande nos índices nacionais, com 263 vezes mais chances na corrida eleitoral. Mas os paulistas apresentam índices ainda mais altos, aumentando suas oportunidades em 857 vezes. Isso provaria a necessidade de inserção prévia no mundo institucional e recursos políticos ainda maiores, ou seja, esse seria um espaço ainda mais hostil aos outsiders.

Todas as variáveis políticas apresentam resultados semelhantes para São Paulo, porém mais acentuados quando comparadas ao caso nacional. Fazer parte de um partido de alto desempenho e coligado são condições decisivas tanto no caso nacional quanto no paulista. Por fim, disputar a prefeitura por um partido de centro no Brasil diminui em 11 vezes as chances; no caso paulista, aumenta em 11 vezes. Porém, esse é um dado problemático e que tem a ver mais com o modelo do que com a política real. Como “foram categorizados como partidos de centro apenas PMDB e PSDB [...] o número total de candidatos e eleitos desse grupo ficou bem abaixo da soma dos demais partidos, o que fez com que o Odd ratio dessa variável fosse artificialmente negativo” (CODATO *et alii*, 2013, p. 78). É certo

que ser do mesmo partido do governador deve ter efeitos muito positivos. O nosso modelo captou isso, mas a comparação com o caso nacional ficou prejudicada.

Conclusões

As conclusões sobre o caso nacional denotam, acima de tudo, efeitos desiguais de diferentes fatores, com a predominância de recursos especificamente políticos, uma vez que recursos econômicos ou sociais não se traduziriam automaticamente em capital eleitoral.

Neste aspecto, as receitas de campanha, as escolhas das alianças (“coligações”), a disputa em partidos de alto desempenho e uma carreira já como prefeito em busca de reeleição seriam os principais fatores de sucesso na competição eleitoral. Isto significa que as exigências do universo político só podem ser atendidas por candidatos que obtêm recursos dentro do próprio universo político. Candidatos eventuais, mesmo que possuam outros tipos de capital (econômico, por exemplo), têm poucas chances de sucesso eleitoral nas disputas analisadas (CODATO *et alii*, 2013).

Os dados para São Paulo confirmam a hipótese de que haveria aí eleições mais competitivas, mais caras e, portanto, mais exigentes. A predominância dos fatores políticos como os principais condicionantes da vitória nos pleitos municipais e a condição de incumbent permanecem não apenas como fatores muito importantes, como são maximizados em relação ao caso nacional.

No entanto, a maior particularidade do caso paulista é a existência de barreiras para a participação política de neófitos desde a candidatura. Os testes mostraram que a diferença entre candidatos e eleitos é, aqui, muito menor.

Em São Paulo as variáveis econômicas e políticas se apresentaram como as que proporcionariam maior vantagem, sobretudo ter patrimônio alto e já ser prefeito buscando reeleição. A posse desses capitais confirmaria que a política é mais fechada àqueles que não possuem experiência política prévia, e também que nesse

estado os candidatos que possuem menos recursos econômicos próprios ou menor investimento de dinheiro nas campanhas dificilmente se elegem. Em São Paulo também pudemos verificar vantagens significativas para aqueles que se candidatam por partidos de centro, muito acima dos índices para o caso nacional — efeito, possivelmente, do PSDB no governo estadual.

As mulheres, que já largam em desvantagem no caso nacional, veem essa desvantagem aumentar no caso paulista. No cenário nacional, ter ensino superior é, para os candidatos, uma vantagem pouco significativa. Já no caso aqui estudado, essa variável tem relevância negativa, justamente porque o ensino superior não seria um diferencial, mas um bem comum à maioria dos candidatos.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, C. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: As cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília: Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, 2, p. 23–59, 2009.
- ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: Mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba: UFPR - Departamento de Ciências Sociais, n. 24, p. 193–215, 2005.
- ARAÚJO, P.M. Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006. *Política Hoje*, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, vol. 20, n. 2, p. 550–580, 2011.
- AVELAR, L. e WALTER, M.I.M.T. Lentas mudanças: O voto e a política tradicional. *Opinião Pública*, Campinas: Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, vol. 14, n. 1, p. 96–122, 2008.
- BOLOGNESI, B. e COSTA, L.D. Estruturação social e enquadramento institucional no processo de formação das elites políticas: o caso da eleição de mulheres para a Câmara dos Deputados em 2006. In: *I Seminário Intermediário da Associação Brasileira de Ciência Política*. São Carlos - SP, p. 1–23, 2006.
- BRAGA, M. do S.S. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opinião Pública*, Campinas: Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, vol. 14, n. 2, p. 454–485, 2008.
- BRAGA, M. do S.S.; VEIGA, L.F.; e MIRÍADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, vol. 24, n. 70, p. 123–142, 2009.
- CERVI, E.U. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: Análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília: Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, n. 4, p. 135–167, 2010.
- CODATO, A.; CERVI, E.U.; e PERISSINOTTO, R.M. Quem se elege prefeito no Brasil? Condições do sucesso eleitoral em 2012. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, ano 14, vol. 2, p. 61–84, 2013.

- CODATO, A.; COSTA, L.D.; e MASSIMO, L. Codificando profissões em estudos de elites: Uma discussão metodológica. *Opinião Pública*, Campinas: Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, 2014 (no prelo).
- CORADINI, O.L. Representação política e de interesses: Bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. *Sociedade e Estado*, Brasília: Universidade de Brasília - Departamento de Sociologia, vol. 26, n. 1, p. 197–220, 2011.
- COSTA, L.D. *Os representantes dos estados no Congresso: Composição social e carreira política dos senadores brasileiros (1987-2007)*. Campinas, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- FELISBINO, R. de A.; BERNABEL, R.T.; e KERBAUY, M.T.M. Somente um deve vencer: As bases de recrutamento dos candidatos à Prefeitura das capitais brasileiras em 2008. Curitiba: *Revista de Sociologia e Política*, UFPR - Departamento de Ciências Sociais, vol. 20, n. 41, p. 219–234, 2012.
- FIELD, A. *Discovering statistics using SPSS 3rd ed.* London: SAGE Publications, 2009.
- FISCHER, J. e EISENSTADT, T. Comparative Party Finance: What is to be done? *Party Politics Review*, Londres, vol. 10, n. 6, p. 619–626, 2004.
- JARDIM, M. Palanque eletrônico em eleições locais: aspectos do acesso dos municípios ao HGPE na televisão. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba: UFPR - Departamento de Ciências Sociais, n. 22, p. 45–58, 2004.
- LEMOS, L.B. e RANINCHESKI, S. O perfil sociopolítico dos senadores brasileiros. *Revista Senatus*, Brasília: Senado Federal, vol. 2, n. 1, p. 33–39, 2002.
- LIMONGI, F. e MESQUITA, L. Estratégia partidária e preferência dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. *Novos Estudos - Cebrap*, São Paulo, n. 81, p. 49–67, 2008.
- MARENCO dos Santos, A. Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, vol. 12, n. 33, p. 87–101, 1997.
- MARENCO dos Santos, A. Topografia do Brasil profundo: Votos, cargos e alinhamentos nos municípios brasileiros. *Opinião Pública*, Campinas: Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, vol. 19, n. 1, p. 1–20, 2013.
- MESSENBERG, D. A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba: UFPR - Departamento de Ciências Sociais, vol. 16, n. 30, p. 17–28, 2008.
- MOURA, R. e KORNIN, T. (Des)Construindo o discurso eleitoral: o primeiro turno das eleições municipais majoritárias em Curitiba no ano 2000. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba: UFPR - Departamento de Ciências Sociais, n. 16, p. 67–95, 2001.
- NEIVA, P. e IZUMI, M. Os "doutores" da federação: Formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba: UFPR - Departamento de Ciências Sociais, vol. 20, n. 41, p. 171–192, 2012.
- PERISSINOTTO, R.M. e MIRÍADE, A. Caminhos para o parlamento: Candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados*, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, vol. 52, n. 2, p. 301–333, 2009.
- RODRIGUES, L.M. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: PubliFolha, 2006.
- RODRIGUES, L.M. Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, vol. 17, n. 48, p. 31–47, 2002a.
- RODRIGUES, L.M. *Partidos, ideologia e composição social: Um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*, São Paulo: Edusp, 2002b.
- SILVA, R. S. da. *Senado: Casa de senhores? Os perfis de carreira dos senadores eleitos entre 1990-2006*. Porto Alegre, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- VEIGA, L.F.; SOUZA, N.R. de; e CERVI, E.U. As estratégias de retórica na disputa pela Prefeitura de São Paulo em 2004: PT, mandatário, versus PSDB, desafiante. *Opinião Pública*, Campinas: Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, vol. 13, n. 1, p. 51–73, 2007.
- WEBER, M. The Profession and Vocation of Politics. In: P. Lassman & R. Speirs (Eds.). *Weber: Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 309–369.